
Esclarecimentos - PE 90035/2024 - Hospital Municipal Raul Sertã

4 mensagens

Best Licitações <bestlicitacoes@gmail.com>

19 de abril de 2024 às 17:00

Para: pregaoeletronico.friburgo@gmail.com

Prezados(as),

Solicitamos esclarecimentos referente ao processo licitatório em tela.

1) Está correto nosso entendimento de que a planilha de custos e formação de preços será solicitado somente para a empresa vencedora da fase de lances?

2) Está correto nosso entendimento de que a planilha poderá ser elaborada nos moldes da empresa, respeitada as condições da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017 e suas alterações?

3) Considerando o entendimento do Acórdão TCU 369/2012, de que o sindicato/Convenção Coletiva de Trabalho indicada no edital não é de utilização obrigatória pelos licitantes, está correto nosso entendimento de que a Convenção Coletiva de Trabalho a ser utilizada deverá ser a preponderante da empresa?

4) Haverá fornecimento de materiais, utensílios, ferramentas e equipamentos sob responsabilidade da CONTRATADA? Em caso positivo:

a) Quais materiais deverão ser fornecidos pela Contratada?

b) Quais utensílios deverão ser fornecidos pela Contratada?

c) Quais ferramentas deverão ser fornecidas pela Contratada?

d) Quais equipamentos deverão ser fornecidos pela Contratada?

5) Este serviço já está (ou estava) sendo prestado por empresa terceirizada? Em caso positivo, qual é (era) a razão social da prestadora de serviços?

6) Deverá ser provisionado adicional de insalubridade? Em caso positivo, quais funções e quantidades de postos que deverão receber?

7) Deverá ser provisionado adicional de periculosidade? Em caso positivo, quais funções e quantidades de postos que deverão receber?

8) A etapa de lances será realizada pela oferta de lances pelo valor total do lote (valor global para o quantitativo estimado para os meses da vigência inicial)?

8.1) Em caso negativo, qual deverá ser o lance ofertado?

9) Caso a prestação de serviços ocorra em locais que haja recesso/férias (exemplo: recesso escolar ou recesso forense), questionamos se os serviços serão faturados e pagos à CONTRATADA mensalmente sem interrupção ou serão faturados apenas durante os meses efetivamente prestados desconsiderando o período do recesso?

10) Com base na resposta da pergunta anterior (9), como devemos proceder a execução do serviço?

11) Caso o edital forneça salário de referência para as funções, será obrigatória a utilização dos salários referenciais ou devem as licitantes respeitar a Convenção Coletiva de Trabalho preponderante a qual a empresa esteja vinculada?

12) Conforme indicação de Convenção Coletiva de Trabalho e data-base na elaboração proposta inicial, está correto nosso entendimento de que será garantido e concedido à futura Contratada a repactuação dos valores vinculados à Convenção Coletiva de Trabalho concomitantemente a promulgação de nova data-base?

13) Nosso entendimento está correto de que, balizados pelos princípios da legalidade e na garantia da ampla participação e competitividade das licitantes, os Atestados de Capacidade Técnica DEVERÃO se referir a Gestão de Mão de Obra Terceirizada e/ou Administração de Restaurante, que demonstre capacidade operacional para execução dos serviços?

14) O orçamento da administração foi baseado na CCT de 2023 ou de 2024? Questionamos devido a repactuação, conforme Lei nº 14.133/2021 fixa que o termo inicial da contagem da periodicidade mínima para o reajuste é a data do orçamento estimado, podendo ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, “em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos” (art. 92, § 3º). Questionamos qual ano CCT as licitantes deverão utilizar ?

15) O intervalo para repouso e alimentação deverá ser indenizado ou será usufruído? Caso haja mais de 1 (um) tipo de posto, gentileza especificar quais serão indenizados e quais serão usufruídos.

16) Solicitamos esclarecimentos sobre a reserva de cotas previstas no edital e demais anexos do presente instrumento:

Os itens relacionados ao cumprimento das cotas legais exigidos para habilitação das empresas, delimitam que estas devem declarar que cumprem as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes conforme art. 166 da Lei nº 14.133/2021, e que durante a execução do contrato poderá ser solicitado comprovação do cumprimento de cotas. Contudo, não é delimitado no termo de referência e minuta de edital, quais as vagas e locais serão destinados para o cumprimento das cotas legais.

É cediço que a contratação e a execução dos serviços devem primar pela prevalência da função social do contrato, visto que nos termos do que prescreve o art. 89 da Lei de Licitações, os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Nesse sentido, não se pode ignorar que ao prever a contratação de serviços com disponibilização de mão de obra exclusiva, utilizando dinheiro da máquina pública, deve a Administração primar pela adoção de cláusulas e condições que reforcem o atendimento da função social do contrato, implementando condições para obediência ao contido no art. 6º da Constituição Federal, que prevê a necessidade de adoção de meios necessários para inclusão social.

O art. 93 da Lei nº 8.213/91 dispõe que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.

As empresas de prestação de serviços por serem predominantemente especializadas na disponibilização de mão de obra, estão obrigadas ao cumprimento das cotas de beneficiários reabilitados ou com deficiência, cujo computo da porcentagem tem como base o volume de trabalhadores registrado no CNPJ da empresa, o que inclui os trabalhadores alocados junto aos tomadores de serviços.

Nesta senda, para cumprir a regra que determina a lei, as empresas têm a necessidade de alocar junto aos tomadores de serviços, profissionais reabilitados e/ou com deficiência para atendimento do normativo legal.

Todavia, não havendo delimitação no instrumento convocatório que possibilite a inclusão de pessoa com deficiência, torna-se difícil para as empresas de terceirização de serviços a disponibilização desses profissionais, visto que o termo de referência do edital especifica apenas e tão somente as atividades a serem desenvolvidas, contudo, não especifica as especificidades dos locais de prestação de serviços e quais os tipos de deficiência os locais comportam.

Assevera-se que ainda que para uma pessoa com deficiência possa executar atividades com a mesma qualidade de uma pessoa sem qualquer deficiência, existem situações que necessitam de tratamento diferenciado, tais como pessoas com dificuldade de locomoção (cadeirantes), em que o local a ser desenvolvida atividade deve conter rampas de acesso, as mesas de escritório devem possibilitar o acesso da cadeira, os banheiros devem ser adaptados, assim como bebedouros e armários que a pessoa deverá fazer utilização.

Uma pessoa com paralisia em parte do corpo por exemplo, pode desenvolver diversas atividades, muito embora por conta de sua limitação, empregará um maior esforço no desempenho das funções, mas será capaz de exercer. O problema, neste caso, estará na receptividade que a pessoa vai encontrar no ambiente de trabalho. O local e as pessoas que recebem esse tipo de profissional devem estar cientes e conscientes de que uma pessoa com deficiência não é uma pessoa incapacitada, e sim uma pessoa com limitações ou capacidade reduzida ou diferenciada, mas que são aptas a executarem as atividades necessárias de maneira diferenciada.

Para tanto, há necessidade de haver ponderação e compreensão da parte contrária que receberá a contraprestação dos serviços e as pessoas que estejam ao redor ou recebendo os serviços devem ter ciência e corroborar para o desenvolvimento e inclusão dessa pessoa, para que ela se sinta acolhida e estimulada a executar as suas atividades.

É de conhecimento que empresas de prestação de serviços necessitam da colaboração dos tomadores de serviços para cumprimento da cota social, visto que não é possível cada empresa cumprir com a obrigação legal se ela não tiver a opção de colocar as pessoas com deficiência e os aprendizes nos tomadores para execução dos serviços, a sede administrativa das licitantes não comportaria tamanho custo, inviabilizando o negócio da empresa, o que é regra entre todas as empresas de terceirização de serviços.

Não raras as vezes as empresas de deparam com situações que impedem o cumprimento da cotas legais, tais como falta de pessoas com deficiência para o preenchimento de vagas que a empresa possui disponível, falta de curso de qualificação para inclusão de jovens aprendizes nas áreas e vagas que a empresa tem disponível, assim como falta de reserva de vagas em

contratos firmados com os tomadores de serviços, para os quais as contratadas são impedidas de incluir pessoas destinadas ao preenchimento das cotas legais.

As dificuldades para o cumprimento da cota são reconhecidas pelo judiciário, que tem o entendimento pacífico em relação a impossibilidade de penalização às empresas, quando efetivamente comprovado que a empresa envidou todos os esforços necessários para o cumprimento da cota legal. Vejamos:

COTA DE VAGAS DE EMPREGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD). DESCUMPRIMENTO. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. A Lei nº 8.213/1991 incluiu, entre as estratégias de política pública de promoção da cidadania das PCDs, a obrigação do empregador com mais de cem empregados de destinar de 2% a 5% de seus cargos para pessoas reabilitadas ou com deficiência habilitadas. **Contudo, não se deve punir o empregador por seu descumprimento quando há prova de sua postura forte, proativa e contínua de enfrentamento do déficit no preenchimento das respectivas vagas.** (TRT12 - AP - 0000723-14.2017.5.12.0018 , Rel. MARI ELEDA MIGLIORINI , 5ª Câmara , Data de Assinatura: 20/08/2020) (TRT-12 - AP: 00007231420175120018 SC, Relator: MARI ELEDA MIGLIORINI, Data de Julgamento: 04/08/2020, Gab. Des.a. Mari Eleda Migliorini) (*Grifamos*)

AUTO DE INFRAÇÃO. ARTIGO 93 DA LEI 8.213/91. NÃO PREENCHIMENTO DA COTA DE CONTRATAÇÃO DE PCD POR FALTA DE PROFISSIONAIS REABILITADOS. DILIGÊNCIAS SUFICIENTES DA EMPRESA. MULTA AFASTADA. **Trilhando precedente desta Turma, tem-se por demonstrado à saciedade que a empresa recorrida envidou esforços suficientes para contratar pessoas portadoras de necessidades especiais, não tendo alcançado êxito em atingir a cota de Pcd por circunstâncias alheias à sua vontade, o que afasta a validade do auto infracional e a multa dele decorrente.** Recurso da União não provido. (TRT-7 - ROT: 00012326320195070001 CE, Relator: EMMANUEL TEOFILO FURTADO, 2ª Turma, Data de Publicação: 24/05/2021) (*Grifamos*)

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA INIBITÓRIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRATAÇÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E REABILITADOS. NÃO PREENCHIMENTO INTEGRAL DA COTA. **Nos termos da jurisprudência desta Corte, não é cabível a condenação da reclamada pelo não preenchimento das vagas destinadas por lei aos portadores de deficiência ou reabilitados quando a empresa empreendeu todos os esforços possíveis para a ocupação das cotas legais, deixando de contratar a cota mínima por motivos alheios à sua vontade.** Na hipótese, o Tribunal Regional manteve a

sentença que absolvera a reclamada da obrigação de fazer, consistente no preenchimento de vagas de postos de trabalho para deficientes, ao fundamento de que a reclamada envidou esforços no sentido de divulgação de vagas e contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais, sem, contudo, obter sucesso no preenchimento da cota mínima legal exigida pelo art. 93 da Lei 8.213/1991, em face da insuficiência de candidatos, acrescentando que não se evidencia conduta recalcitrante ou deliberada da empresa no sentido de furtar-se ao cumprimento da norma legal. Conclusão fática diversa somente seria possível mediante o revolvimento do conteúdo fático-probatório produzido nos autos, procedimento vedado nesta fase processual, diante do óbice da Súmula 126/TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. II - RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E REABILITADOS. NÃO PREENCHIMENTO INTEGRAL DA COTA. DANOS MORAIS COLETIVOS. INDEVIDOS. INEXISTÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA. Trata-se de ação pública civil proposta pelo Ministério Público do Trabalho que requer a condenação da reclamada em danos morais coletivos em razão do não cumprimento integral do previsto no art. 93 da Lei 8.213/1991. **O Tribunal Regional manteve a sentença que indeferira o pedido sob o fundamento de que a reclamada envidou esforços no sentido de divulgação de vagas e contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais, sem, contudo, obter sucesso no preenchimento da cota mínima legal exigida pelo art. 93 da Lei 8.213/91, em face da insuficiência de candidatos, de modo que não se mostra possível atribuir-se à empresa conduta deliberada de recusa à contratação de trabalhadores deficientes e reabilitados ou eventual prática discriminatória. Nesse viés, verifica-se que a empresa empreendeu esforços a fim de cumprir a exigência legal, não obtendo êxito integral na sua empreitada por dificuldades alheias a sua vontade, não podendo ser penalizada pelo não atingimento completo do percentual previsto no art. 93 da Lei 8.213/1991.** Precedentes. Recurso de revista não conhecido. (TST - ARR: 00015882420155090654, Relator: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 14/09/2022, 2ª Turma, Data de Publicação: 16/09/2022) (Grifamos)

Consubstanciado no exposto, questiona-se:

a) Qual será a forma de fiscalização sobre o cumprimento da cota a ser estabelecido por esta entidade, para confirmar que as empresas estão cumprindo a cota legal?

b) Haverá inabilitação (durante o trâmite do processo licitatório) ou penalização de empresas (durante a execução contratual) que embora façam a reserva de cotas e tenham comprovação de que envidaram todos os esforços necessários para as contratações, foram prejudicadas por

fatores alheios à sua vontade e não conseguiram preencher o percentual mínimo estabelecido em lei no momento de participação do processo licitatório?

c) Dentre as vagas estabelecidas no termo de referência, haverá reserva para pessoas com deficiência? Quais as limitações as licitantes podem encontrar no local de prestação de serviços que impeça a contratação de pessoas com deficiência para execução dos serviços?

d) Dentre as vagas estabelecidas no termo de referência, haverá reserva para aprendizes? Como será feita a questão da jornada de trabalho, atividades e remuneração?

Att.

Best Licitações

Nova Friburgo Prefeitura <pregaoeletronico.friburgo@gmail.com>
Para: Secretaria de Saúde <gestaodeprocessosecontratos.sms@gmail.com>

24 de abril de 2024 às 10:03

Bom dia,

Encaminho pedido de esclarecimento da Empresa **GRUPO SAVVY**, na forma que dispõe o Edital do Pregão Eletrônico nº **90.035/2024**, por se tratar de questão inerente ao setor técnico requisitante.

- O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

P.A 310/2024

Prazo para resposta: 26/04/2024.

Atenciosamente

Jonathan P. Chaves

Pregoeiro - Comissão de Pregão II

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Secretaria de Saúde <gestaodeprocessosecontratos.sms@gmail.com>

25 de abril de 2024 às
16:17

Para: Nova Friburgo Prefeitura <pregaoeletronico.friburgo@gmail.com>

Prezados, boa tarde!

Segue resposta da Unidade Requisitante para os questionamentos de cunho técnico.

Atenciosamente;

Higor de Barros Pinto

----- Forwarded message -----

De: **NUTRIÇÃO HMRS** <hmrs.nutricao@hotmail.com>

Date: qui., 25 de abr. de 2024 às 15:45

Subject: RE: Esclarecimentos - PE 90035/2024 - Hospital Municipal Raul Sertã

To: Secretaria de Saúde <gestaodeprocessosecontratos.sms@gmail.com>

Boa tarde,

segue abaixo respostas aos questionamentos da empresa GRUPO SAVVY referente ao processo nº 310/2024 - Alimentação Transportada HMRS.

1 - Não cabe ao setor de nutrição responder

2 - Não cabe ao setor de nutrição responder

3 - Não cabe ao setor de nutrição responder

4 - Sim

a, b, c e d) a contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, utensílios e ferramentas necessárias para servir todas as refeições como: rotbox para as quentinhas, coolers, bombonas e garrafas térmicas, caixas para transporte de pães e outros alimentos, caixas térmicas para alimentos refrigerados, entre outros identificados na rotina do serviço.

5 - Sim, Bref Gestão empresarial

6 e 7 - A empresa como responsável dos funcionários deverá avaliar a necessidade de adicional de insalubridade e periculosidade

8 - Não cabe ao setor de nutrição responder

9 - Não cabe ao setor de nutrição responder, porém se tratando de um hospital, o serviço é realizado todos os dias sem interrupções

10- O serviço não deve ser interrompido em hipótese nenhuma por se tratar de um hospital e serviço essencial.

11 - Cabe a empresa determinar os salários de seus funcionários

12- Não cabe ao setor de nutrição responder

13 -Sim , deverá ter atestado de capacidade técnica de produção de refeições e nutricionista RT cadastrado no CRN

14 - Não cabe ao setor de nutrição responder

15 e 16 - Cabe a empresa se adequar as normas e regras trabalhistas e como todos os funcionários são de responsabilidade da empresa, cabe a ela determinar remuneração, jornada de trabalho e outras questões referentes a isso.

Att

Mikaela Guerreiro

Nutricionista HMRS

De: Secretaria de Saúde <gestaodeprocessosecontratos.sms@gmail.com>

Enviado: quarta-feira, 24 de abril de 2024 10:25

Para: NUTRIÇÃO HMRS <hmrs.nutricao@hotmail.com>

Assunto: Fwd: Esclarecimentos - PE 90035/2024 - Hospital Municipal Raul Sertã

Prezados, bom dia!

Segue questionamento da empresa GRUPO SAVVY referente ao processo nº 310/2024 - Alimentação Transportada HMRS.

Atenciosamente;
Higor de Barros Pinto

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--



Secretaria Municipal de Saúde

Gestão de Processos, Contratos e Convênios

(22) 2522-0661 / 2522-0669

gestaodeprocessosecontratos.sms@gmail.com

--



Secretaria Municipal de Saúde

Gestão de Processos, Contratos e Convênios

(22) 2522-0661 / 2522-0669

gestaodeprocessosecontratos.sms@gmail.com

Nova Friburgo Prefeitura <pregaoeletronico.friburgo@gmail.com>
Para: Best Licitações <bestlicitacoes@gmail.com>

26 de abril de 2024 às 17:24

Boa tarde,

Segue resposta aos questionamentos realizados referentes ao Pregão Eletrônico nº 90035/2024

1) Está correto nosso entendimento de que a planilha de custos e formação de preços será solicitado somente para a empresa vencedora da fase de lances?

R: A presente contratação trata-se de AQUISIÇÃO e não de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obras, não sendo necessário o envio de Planilha de Custos.

2) Está correto nosso entendimento de que a planilha poderá ser elaborada nos moldes da empresa, respeitada as condições da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017 e suas alterações?

R: A presente contratação trata-se de AQUISIÇÃO e não de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obras, não sendo necessário o envio de Planilha de Custos.

3) Considerando o entendimento do Acórdão TCU 369/2012, de que o sindicato/Convenção Coletiva de Trabalho indicada no edital não é de utilização obrigatória pelos licitantes, está

correto nosso entendimento de que a Convenção Coletiva de Trabalho a ser utilizada deverá ser a preponderante da empresa?

R: Conforme dispõe o item 9.3 do edital a empresa quando do cadastramento de sua proposta deverá declarar que "Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4) Haverá fornecimento de materiais, utensílios, ferramentas e equipamentos sob responsabilidade da CONTRATADA? Em caso positivo:

R: Sim. a, b, c e d) a contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, utensílios e ferramentas necessárias para servir todas as refeições como: rotbox para as quentinhas, coolers, bombonas e garrafas térmicas, caixas para transporte de pães e outros alimentos, caixas térmicas para alimentos refrigerados, entre outros identificados na rotina do serviço.

5) Este serviço já está (ou estava) sendo prestado por empresa terceirizada? Em caso positivo, qual é (era) a razão social da prestadora de serviços?

R: Sim, empresa Bref Gestão Empresarial Ltda

6) Deverá ser provisionado adicional de insalubridade? Em caso positivo, quais funções e quantidades de postos que deverão receber?

R: Conforme dispõe o item 9.3 do edital a empresa quando do cadastramento de sua proposta deverá declarar que "Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7) Deverá ser provisionado adicional de periculosidade? Em caso positivo, quais funções e quantidades de postos que deverão receber?

R: Conforme dispõe o item 9.3 do edital a empresa quando do cadastramento de sua proposta deverá declarar que "Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8) A etapa de lances será realizada pela oferta de lances pelo valor total do lote (valor global para o quantitativo estimado para os meses da vigência inicial)?

R: A etapa de lances, no sistema, será pelo valor global do lote, devendo a proposta final ser readequada ao último lance, conforme modelo de proposta - Anexo III do edital.

8.1) Em caso negativo, qual deverá ser o lance ofertado?

R: A etapa de lances, no sistema, será pelo valor global do lote, devendo a proposta final ser readequada ao último lance, conforme modelo de proposta - Anexo III do edital.

9) Caso a prestação de serviços ocorra em locais que haja recesso/férias (exemplo: recesso escolar ou recesso forense), questionamos se os serviços serão faturados e pagos à CONTRATADA mensalmente sem interrupção ou serão faturados apenas durante os meses efetivamente prestados desconsiderando o período do recesso?

R: Por se tratar de serviços em ambiente Hospitalar serviço será realizado todos os dias sem interrupções.

10) Com base na resposta da pergunta anterior (9), como devemos proceder a execução do serviço?

R: Por se tratar de serviços em ambiente Hospitalar serviço será realizado todos os dias sem interrupções.

11) Caso o edital forneça salário de referência para as funções, será obrigatória a utilização dos salários referenciais ou devem as licitantes respeitar a Convenção Coletiva de Trabalho preponderante a qual a empresa esteja vinculada?

R: Conforme dispõe o item 9.3 do edital a empresa quando do cadastramento de sua proposta deverá declarar que "Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12) Conforme indicação de Convenção Coletiva de Trabalho e data-base na elaboração proposta inicial, está correto nosso entendimento de que será garantido e concedido à futura Contratada a repactuação dos valores vinculados à Convenção Coletiva de Trabalho concomitantemente a promulgação de nova data-base?

R: As regras quanto ao reajuste estão dispostas no item 4.3 do edital e seus subitens.

13) Nosso entendimento está correto de que, balizados pelos princípios da legalidade e na garantia da ampla participação e competitividade das licitantes, os Atestados de Capacidade Técnica DEVERÃO se referir a Gestão de Mão de Obra Terceirizada e/ou Administração de Restaurante, que demonstre capacidade operacional para execução dos serviços?

R: As regras quanto aos Atestados de Capacidade Técnicas estão dispostas no item 19.1.2 do edital e seus subitens.

14) O orçamento da administração foi baseado na CCT de 2023 ou de 2024? Questionamos devido a repactuação, conforme Lei nº 14.133/2021 fixa que o termo inicial da contagem da periodicidade mínima para o reajuste é a data do orçamento estimado, podendo ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, “em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos” (art. 92, § 3º). Questionamos qual ano CCT as licitantes deverão utilizar ?

R: As regras quanto ao reajuste estão dispostas no item 4.3 do edital e seus subitens.

15) O intervalo para repouso e alimentação deverá ser indenizado ou será usufruído? Caso haja mais de 1 (um) tipo de posto, gentileza especificar quais serão indenizados e quais serão usufruídos.

R: Cabe a empresa se adequar as normas e regras trabalhistas e como todos os funcionários são de responsabilidade da empresa, cabe a ela determinar remuneração, jornada de trabalho e outras questões referentes a isso.

16) Solicitamos esclarecimentos sobre a reserva de cotas previstas no edital e demais anexos do presente instrumento:

R: As reservas de cota serão utilizadas apenas como critérios de desempate no termos do artigo 60 da Lei 14.133/2021.

Atenciosamente

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Jonathan P. Chaves

Pregoeiro - Comissão de Pregão II

Prefeitura de Nova Friburgo - RJ

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.